

Aldo Ribeiro Britto

Mestre e Bacharel em Direito pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Especialista em Direito do Estado pelo Juspodivm
Professor de cursos de pós-graduação no âmbito do Direito Público
Delegado de Polícia Federal

CURSO DE DIREITO POLICIAL



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2022 by Aldo Ribeiro Britto

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA
PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

B862c

Britto, Aldo Ribeiro

Curso de Direito Policial / Aldo Ribeiro Britto. –
Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022.

672 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN: 978-65-5675-095-8

1. Direito. 2. Direito Policial. I. Título.

2022-97

CDD 341.413

CDU 347.963

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Policial 341.413

2. Direito Policial 347.963



Freitas Bastos Editora

atendimento@freitasbastos.com

www.freitasbastos.com

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO AO DIREITO POLICIAL	1
1.1	ASPECTOS GERAIS DA POLÍCIA	2
1.2	FUNÇÕES POLICIAIS	7
1.2.1	Polícia Administrativa.....	8
1.2.1.1	Polícia Administrativa Geral.....	10
1.2.1.2	Polícia Administrativa Especial.....	13
1.2.2	Polícia Judiciária.....	15
1.2.3	Limites e interação entre as funções de polícia administrativa geral e judiciária.....	22
1.2.4	Discricionariedade funcional da polícia.....	31
1.2.4.1	A autoridade policial.....	37
1.3	ÓRGÃOS POLICIAIS	41
1.3.1	Órgãos policiais na Constituição Brasileira	42
1.3.1.1	Polícia Federal.....	43
1.3.1.2	Polícias Rodoviária e Ferroviária Federal.....	56
1.3.1.3	Polícias Civas	59
1.3.1.3.1	A ressalva aos crimes militares	61
1.3.1.4	Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares	65
1.3.1.5	Polícias Legislativas	68
1.3.1.6	Polícias Penais	69
1.3.1.7	Órgãos que extraordinariamente exercem funções policiais	71
1.3.1.7.1	Casas Legislativas	71
1.3.1.7.2	Forças Armadas	74
1.3.2	Força Nacional de Segurança e Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos	83
1.3.3	Guardas Municipais	87
1.3.4	Quadros sinóticos.....	89

2	POLÍCIA ADMINISTRATIVA	93
2.1	POLÍCIA ADMINISTRATIVA GERAL	93
2.1.1	Marcos históricos no Brasil	94
2.1.2	Formas de organização	99
2.1.3	Principais meios de exercício	105
2.2	POLÍCIA ADMINISTRATIVA ESPECIAL	107
2.2.1	Principais especialidades	108
2.2.1.1	Polícia tributária	109
2.2.1.2	Polícia de trânsito	118
2.2.1.3	Polícia de migração	124
2.2.1.4	Polícia ambiental.....	128
2.2.1.5	Polícia do trabalho	133
2.2.1.6	Polícia da atividade econômica.....	135
2.2.1.6.1	Polícia da concorrência.....	136
2.2.1.6.2	Polícia do mercado de consumo.....	142
2.2.1.6.3	Polícia da exploração de atividade econômica delegada pelo Estado	144
2.2.2.6.4	Polícia de transportes	149
2.2.2.7	Polícia das ações e serviços de saúde	152
2.2.2.7.1	Polícia sanitária.....	153
2.2.2.7.2	Polícia dos planos privados de assistência à saúde....	154
3	POLÍCIA JUDICIÁRIA	158
3.1	BREVE ESTUDO SOBRE NO DIREITO ESTRANGEIRO....	159
3.1.1	Titularidade da autoridade judicial	160
3.1.2	Titularidade do membro do Ministério Público	161
3.1.3	Titularidade da autoridade de polícia judiciária	165
3.2	MARCOS HISTÓRICOS NO BRASIL	168
3.3	A POLÍCIA JUDICIÁRIA ENQUANTO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA	189
3.4	FORMAS DE EXERCÍCIO NO BRASIL	200
3.4.1	Inquérito policial	200
3.4.1.1	Conceito e natureza jurídica	201
3.4.1.2	Principais características do inquérito policial.....	207
3.4.1.2.1	Presidência do delegado de polícia	207

3.4.1.2.2 Oportunidade regrada	214
3.4.1.2.3 Indisponibilidade.....	220
3.4.1.2.4 Documentação predominantemente escrita.....	221
3.4.1.2.5 Dispensabilidade como exceção	222
3.4.1.2.6 Publicidade restrita	225
3.4.1.2.6.1 Quadro sinótico	237
3.4.1.3 Situações jurídicas no inquérito policial	238
3.4.1.3.1 Ofendido	239
3.4.1.3.2 Testemunha	240
3.4.1.3.3 Investigado	242
3.4.1.3.4 Indiciado	246
3.4.1.3.4.1 Indiciamento: conceito e efeitos	247
3.4.1.4 Inquérito policial e direito de defesa	260
3.4.1.5 Instauração do inquérito policial	268
3.4.1.5.1 A iniciativa da instauração do inquérito policial	268
3.4.1.5.1.1 Instauração de ofício	269
3.4.1.5.1.2 Instauração mediante requerimento ou representação do ofendido ou seu representante legal	271
3.4.1.5.1.3 Instauração mediante requisição.....	279
3.4.1.5.2 Formalização da instauração do inquérito policial ..	287
3.4.1.5.2.1 Portaria	289
3.4.1.5.2.2 Auto de prisão em flagrante	290
3.4.1.5.2.2.1 A concessão de liberdade provisória mediante fiança pelo delegado de polícia.....	303
3.4.1.5.2.2.2 A homologação judicial da prisão em flagrante..	310
3.4.1.5.2.2.3 Termo circunstanciado.....	319
3.4.1.5.2.2.4 Quadro sinótico.....	326
3.4.1.6 Atos e procedimentos de instrução do inquérito policial	326
3.4.1.6.1 Requisição de informações e documentos	328
3.4.1.6.2 Perícia.....	330
3.4.1.6.3 Inquirições.....	336
3.4.1.6.3.1 Testemunha	338
3.4.1.6.3.2 Ofendido.....	343
3.4.1.6.3.3 Indiciado.....	346

3.4.1.6.3.3.1 Colaboração premiada.....	353
3.4.1.6.3.4 Investigado	363
3.4.1.6.3.5 Acareação	365
3.4.1.6.3.6 Proteção de ofendidos, testemunhas e indiciados colaboradores	367
3.4.1.6.3.7 Quadro sinótico.....	369
3.4.1.6.4 Reconhecimento de pessoas e coisas	370
3.4.1.6.5 Reprodução simulada dos fatos	371
3.4.1.6.6 Medidas cautelares penais decretáveis pelo delegado de polícia.....	373
3.4.1.6.6.1 Prisão em flagrante.....	375
3.4.1.6.6.1.1 Fiança.....	376
3.4.1.6.6.2 Entrada em casa para fins de busca domiciliar em caso de flagrante delito.....	377
3.4.1.6.6.3 Apreensão de bens móveis	381
3.4.1.6.6.4 Condução coercitiva	386
3.4.1.6.7 Medidas penais sujeitas a autorização judicial	397
3.4.1.6.7.1 Prisão preventiva	406
3.4.1.6.7.1.1 Prisão domiciliar	412
3.4.1.6.7.2 Prisão temporária	414
3.4.1.6.7.3 Medidas penais diversas da prisão	417
3.4.1.6.7.4 Entrada diurna em casa para fins de busca domiciliar	420
3.4.1.6.7.5 Sequestro de bens	423
3.4.1.6.7.6 Afastamento de sigilo de dados	428
3.4.1.6.7.7 Afastamento de sigilo de correspondência e/ou de comunicação telegráfica, de dados e/ou telefônica	435
3.4.1.6.7.8 Captação ambiental.....	439
3.4.1.6.7.9 Medidas cautelares atípicas	446
3.4.1.6.8 Procedimentos especificamente aplicáveis à investigação de organizações criminosas.....	461
3.4.1.6.8.1 Ação controlada.....	465
3.4.1.6.8.2 Infiltração de agentes do delegado de polícia	467
3.4.1.6.9 A “infiltração” na internet de agentes do delegado de polícia	470

3.4.1.6.10	Cooperação internacional.....	474
3.4.1.6.10.1	Cooperação entre órgãos policiais	475
3.4.1.6.10.2	Cooperação judicial	479
3.4.1.7	Incidentes.....	482
3.4.1.7.1	Insanidade mental	484
3.4.1.7.2	Restituição de coisas apreendidas cujo direito é duvidoso	486
3.4.1.7.3	Suspeição	486
3.4.1.7.4	Declínio e conflito de atribuição	489
3.4.1.7.4.1	Investigados com foro privilegiado.....	493
3.4.1.7.5	Hipoteca legal e arresto de bens	505
3.4.1.8	Conclusão do inquérito policial e seus possíveis desdobramentos imediatos	508
3.4.1.8.1	Prazos de conclusão	508
3.4.1.8.2	Relatório.....	516
3.4.1.8.3	Providências passíveis de adoção pelo Ministério Público diante de inquérito policial que apurou crime objeto de ação penal pública.....	520
3.4.1.8.3.1	Requerimento de devolução para diligências imprescindíveis.....	521
3.4.1.8.3.2	Pedido de arquivamento.....	526
3.4.1.8.3.3	Proposição de transação penal	533
3.4.1.8.3.4	Proposição de acordo de não persecução penal.....	535
3.4.1.8.3.5	Ajuizamento de ação penal pública	542
3.4.1.8.4	Providências passíveis de adoção pelo ofendido diante de inquérito policial que apurou crime objeto de ação penal privada	544
3.4.2	Formas especiais de exercício da polícia judiciária.....	546
3.4.2.1	Apuração de ato infracional atribuído a adolescente...	546
3.4.2.2	Inquérito policial militar	552
3.4.2.3	Inquérito parlamentar penal	560
3.5	INQUÉRITOS EXTRAPOLICIAIS	563
3.6	ATRIBUIÇÕES ADICIONAIS DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	567
3.6.1	Fornecimento de informações às autoridades judiciais .	568
3.6.2	Atendimento de requisições de diligências investigatórias.....	569

3.6.3	Execução de mandados de prisão.....	572
3.7	NULIDADES NO EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	573
3.7.1	Casos de ilegitimidade.....	579
3.7.1.1	Autoridade de polícia judiciária exercida por autoridade de polícia administrativa ou seus agentes .	580
3.7.1.2	Autoridade de polícia judiciária exercida por membro do Ministério Público.....	587
3.7.1.2.1	Formação de grupos parapoliciais	594
3.7.1.3	Autoridade de polícia judiciária exercida por autoridade judicial	595
4	OPERAÇÕES POLICIAIS	601
4.1	CONCEITO	601
4.2	TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES POLICIAIS	605
4.2.1	Operações de polícia administrativa geral	605
4.2.2	Operações de polícia administrativa especial.....	606
4.2.3	Operações de polícia judiciária.....	609
4.2.4	Operações policiais plurifuncionais.....	611
5	CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL	616
5.1	CONTROLE INTERNO	618
5.2	CONTROLE EXTERNO	626
5.2.1	Controle externo administrativo	626
5.2.2	Controle externo contábil, financeiro, orçamentário, e patrimonial.....	627
5.2.3	Controle externo finalístico.....	629
5.2.4	Controle externo jurisdicional.....	636
5.2.4.1	Controle <i>a posteriori</i>	636
5.2.4.2	Controle <i>a priori</i>	639
5.3	QUADRO SINÓTICO	649
	REFERÊNCIAS	650